

3º SIMULADO **FCC**

# TRF 3ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO



**Estratégia**  
CONCURSOS





# Simulado Especial

## TRF 3ª REGIÃO ÁREA JUDICIÁRIA

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-21-09>**

- |                |                |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 13 – A B C D E | 25 – A B C D E | 37 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 14 – A B C D E | 26 – A B C D E | 38 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 15 – A B C D E | 27 – A B C D E | 39 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 16 – A B C D E | 28 – A B C D E | 40 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 17 – A B C D E | 29 – A B C D E | 41 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 18 – A B C D E | 30 – A B C D E | 42 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 19 – A B C D E | 31 – A B C D E | 43 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 20 – A B C D E | 32 – A B C D E | 44 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 21 – A B C D E | 33 – A B C D E | 45 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 22 – A B C D E | 34 – A B C D E | 46 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 23 – A B C D E | 35 – A B C D E | 47 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 24 – A B C D E | 36 – A B C D E | 48 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**PORTUGUÊS****O império do consumo**

“Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico. Estamos vendo o triunfo de uma religião tecnocrática que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas. Estamos servindo a tecnologia e não a tecnologia a nós”, diz Navarra. “O professor está exausto, devorado por uma burocracia para gerar estatísticas que lhe tiram a energia mental para dar aulas.”

O testemunho de Andreu Navarra (Barcelona, 1981), historiador, tem o valor de quem leciona há seis anos em escolas públicas e em subvencionadas, em áreas ricas e em degradadas, onde encontra por igual “professores heroicos” em um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho: há pais ausentes porque trabalham demais; há violência; há crianças sem comer ou tomar café da manhã; há muitos problemas mentais; e há uma geração ausente por causa de sua concentração nas redes sociais e sua identidade virtual.

“O audiovisual está criando uma nova Idade Média de pessoas dependentes de satisfazer o prazer aqui e agora, quando a vida é muito diferente. Na vida você precisa saber ler contratos, alugar apartamentos, cuidar dos idosos, criar filhos. Mas o ciberproletariado desmorona por qualquer problema. São pessoas que não serão capazes de trabalhar porque têm a concentração sequestrada pelas redes”, diz ele. Não que todos os jovens se encaixem em seu olhar crítico, mas ele vê o risco de exclusão de um quarto dos alunos em uma tempestade perfeita de precariedade e vida virtual.

Navarra descreve, por exemplo, uma turma de 20 alunos com dificuldades de aprendizado em que, depois de lhes perguntar, descobriu que nenhum havia tomado o café da manhã. “Estão pálidos e ficam inquietos. Há estudantes que não comem por causa de distúrbios alimentares, outros por negligência da família, outros por pura miséria.” No entanto, na ausência de professores de apoio e de especialistas, as patologias (teve classes em que 30% tinham algum diagnóstico) concentram a atenção dos professores nas reuniões de avaliação e os impedem de pensar nos conteúdos.

Nem tudo é negativo, é claro. Seu livro tem tantos problemas detalhados como sinais de esperança em experiências possíveis, diz ele, quando a autonomia do professor é respeitada: oficinas de poesia, contos, recreio dedicado ao tempo de leitura, como em sua atual escola, em Collbató, onde os alunos leem e depois contam o que leram, com êxito. “A chave é a autonomia da instituição frente a um pensamento único, frente às teorias da panaceia. Quando Portugal concedeu 25% de autonomia às escolas, melhorou.”

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/internacional/1568391777\\_889106.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/internacional/1568391777_889106.html)

**01.** De acordo com o texto,

- a) O culto exacerbado à tecnologia é o fator responsável pela pobreza educacional mencionada por Navarra.
- b) Embora a tecnologia traga também um efeito alienante, a insuficiência alimentar é o verdadeiro fator que justifica o pouco desempenho escolar.
- c) Os professores, não obstante a contragosto, são os agentes do processo que resulta em uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.

d) O grupo dos jovens estudantes está inteiramente ameaçado pela distração causada pela tecnologia, que lhes sequestra a atenção.

e) Em virtude do vício em smartphones, o historiador prevê o risco de exclusão da maior parte dos alunos em uma tempestade perfeita de precariedade e vida virtual.

**02.** O testemunho de Andreu Navarra (Barcelona, 1981), historiador, tem o valor de quem leciona há seis anos em escolas públicas e em subvencionadas, em áreas ricas e em degradadas, onde encontra por igual “professores heroicos” em um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho: há pais ausentes porque trabalham demais; há violência; há crianças sem comer ou tomar café da manhã; há muitos problemas mentais; e há uma geração ausente por causa de sua concentração nas redes sociais e sua identidade virtual.

Considerando o segundo parágrafo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O autor enumera concausas que agravam o problema educacional mencionado.
- b) Subentende-se a elipse da palavra “áreas” antes de “degradadas”.
- c) Há indícios de uma intenção de fortalecer a autoridade de Navarra nos assuntos sobre os quais discorre.
- d) Os problemas enumerados servem para criar uma imagem da realidade das escolas particulares.
- e) Infere-se que Andreu Navarra é, também, professor.

**03.** Considerando as ideias gerais do texto, assinale entre as opções a que traduza o mais adequado conceito para “ciberproletariado”

- a) uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico, que se torna idiota pelo apego excessivo à internet e pelo culto narcísico.
- b) uma geração que apresenta problemas de aprendizado de origem múltipla e complexa e que sofre ameaça de se tornar inapta para exercer crítica e proficientemente as faculdades intelectuais normalmente exigidas na vida adulta.
- c) um grupo de jovens que se tornaram analfabetos funcionais por problemas alimentares e familiares e que têm sua atenção sequestrada por mídias sociais.
- d) uma maioria de jovens que não são capazes de pensar criticamente e autonomamente, pois receberam uma educação precária fornecida por professores estressados e drenados por demandas extracurriculares.
- e) uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico, que apresenta problemas de aprendizado e raciocínio por questões sociais de violência e negligência da família.

**04.** Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) criar cidadãos autônomos e críticos (1º parágrafo) / elaborar eleitores que criticam autônomos
- b) que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas (1º parágrafo) / a qual se desenvolve tornar-se analfabeta
- c) servindo a tecnologia e não a tecnologia a nós (1º parágrafo) / obedecendo à tecnologia e vice-versa
- d) um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho (2º parágrafo) / uma educação irritada que reflete a sociedade
- e) estatísticas que lhe tiram a energia mental (1º parágrafo) / dados estatísticos que sugam seu vigor intelectual

**05.** O audiovisual está criando uma nova Idade Média de pessoas dependentes

Ao converter a oração acima para a voz passiva, a forma verbal correspondente será

- a) é criada.
- b) estão sendo criadas.
- c) está sendo criado.
- d) é criado.
- e) está sendo criada.

**06.** Há ocorrência de voz passiva e respeito às normas de concordância verbal na frase:

- a) Da paz daqueles que não se subjugaram ao domínio dos smartphones extraem-se prazeres a que quase não se tem acesso na correria da juventude.
- b) Aos jovens de hoje não parecem especial o fato de que um dia inteiro de ócio pode melhorar a saúde mental.
- c) Quem costuma checar as notificações das mídias sociais a cada cinco minutos acabam por comprometerem a concentração em qualquer atividade contínua.
- d) Agita-se no turbilhão de informações disponíveis na internet os sentimentos de uma urgência despropositada, que a todos causam ansiedade.
- e) A poucos parecem atrair, no dinamismo de interesses dos jovens modernos, a calma que pode advir de um desligamento digital.

**07.** Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico. Estamos vendo o triunfo de uma religião tecnocrática que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas.”

Sobre a pontuação do segmento acima, analise as afirmativas:

- I – A vírgula após “mas” poderia ser suprimida, uma vez que esta conjunção não pode estar deslocada entre vírgulas.
- II – A vírgula após “ciberproletariado” poderia ser substituída pelo sinal de dois-pontos.
- III – O ponto final após “léxico”, com as devidas adaptações, poderia ser substituído por sinal de ponto e vírgula, embora pudesse causar mudança de sentido.

Está(ão) correto(s)

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

**08.** Ao se escrever uma frase relacionada ao texto, não haverá prejuízo para a sua clareza e correção gramatical no seguinte caso:

- a) Conquanto fossem um imenso acervo de dados, poucas informações podem contentar-nos.
- b) Ao se medirem pelo volume de informações, o conhecimento acumulado parece uma grande evolução.
- c) Não haveriam no sistema educacional atual vantagens para a reflexão lenta, seria como um desperdício de tempo para novas atividades.
- d) Estimariamos a possibilidade de contar com alunos que gozassem de plenas condições físicas e psicológicas básicas necessárias para o processo de aprendizado.
- e) Bem que poderiam haver escolas que ensinassem-nos o valor perdido de se fazer tudo com atenção.

**09.** Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico...

Transpondo-se o segmento acima para o discurso indireto, a forma correspondente seria:

- a) Navarra disse que: "Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico."
- b) Navarra declarou que: "eles, os professores, querem criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estão criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico."
- c) Navarra disse que os professores querem criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, criam o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.
- d) Navarra disse que eles, os professores, queriam criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estariam criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.
- e) Navarra disse que eles, os professores, queriam criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estavam criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.

**10.** Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os alunos dos grandes centros urbanos deveriam insurgir-se ao ritmo de vida que lhes é imposto.
- b) É invejável a paz de espírito de cujos benefícios usufruem os que não são reféns da tecnologia.
- c) O heroísmo de que faz alusão o historiador é presenciado diariamente nas escolas.
- d) O mar de informações ao qual imergem os estudantes modernos é prejudicial à concentração.
- e) Os riscos à saúde nos quais se atemorizam os jovens aprendizes são ainda subdimensionados.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

**11.** Em uma caixa há doze dúzias de bananas, sobre as quais sabe-se que:

- I - há pelo menos duas bananas estragadas;
- II - dadas seis quaisquer dessas bananas, há pelo menos duas não estragadas.

Sobre essas doze dúzias de bananas, deduz-se que:

- a) pelo menos 96 estão estragadas;
- b) no mínimo 140 não estão estragadas;
- c) exatamente duas estão estragadas;
- d) no máximo 96 estão estragadas;
- e) exatamente 48 não estão estragadas.

**12.** Os meninos Herbert, Roserval e Renan brincam com uma balança. Herbert e Roserval juntos pesam 99 kg, Herbert e Renan juntos pesam 115 kg e Roserval e Renan juntos pesam 118 kg. Os três juntos pesam:

- a) 332 kg
- b) 233 kg
- c) 217 kg
- d) 214 kg
- e) 166 kg

**13.** Ricardo Vale, diretor pedagógico do Estratégia, chamou para conversas individuais cinco professores das seguintes disciplinas: Economia, Raciocínio Lógico, Sustentabilidade, Direito Administrativo e Direito Tributário. Foram, assim, chamados os professores Heber, Guilherme, Roserval, Herbert e Fábio, em certa ordem. Depois de Fábio, que não é professor de Raciocínio Lógico, foi chamado o professor de Direito Tributário. Heber foi o primeiro a ser chamado. O professor de Economia, Guilherme, foi chamado logo após o professor de Raciocínio Lógico. O professor de Direito Administrativo não é Roserval e nem Herbert. Herbert foi o último chamado, logo após o professor de Direito Tributário.

Conclui-se, com base nessas afirmações, que

- a) O segundo a ser chamado foi o professor de Direito Tributário.
- b) Herbert é o professor de Sustentabilidade.
- c) Fábio foi o segundo a ser chamado.
- d) Guilherme é o professor de Raciocínio Lógico.
- e) Roserval é o professor de Raciocínio Lógico.

**14.** Guilherme é 10 anos mais velho do que sua irmã Marília. Daqui a 7 anos, a idade de Guilherme será o dobro da idade de Marília. Daqui a 17 anos, a razão entre as idades de Guilherme e Marília será igual a:

- a)  $3/2$
- b)  $4/3$
- c)  $5/4$
- d)  $6/5$
- e)  $7/6$

## DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**15.** De acordo com o art. 28 da Lei nº 13.146/15, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I – Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.
- II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.
- III – Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
- IV – Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.
- V – Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

Estão corretas as assertivas

- a) I, II, III e V, apenas.
- b) I, II, III e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) Todas as alternativas.

## SUSTENTABILIDADE

**16.** Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica. Com relação a esse tema, marque a opção correta:

- a) A Agenda 21, publicada em 1987, é um plano de ação formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Reflete um consenso mundial e compromisso político, que estabelece um diálogo permanente e construtivo inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e equitativa.
- b) O conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado inicialmente na Rio 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

- c) O Relatório Brundtland, de 1972, conceitua desenvolvimento sustentável como aquele que concilia a conservação ambiental, o crescimento econômico e a justiça social.
- d) A Constituição Federal de 1988 não trouxe mudanças significativas com relação à proteção ambiental, quando comparada com as constituições brasileiras anteriores.
- e) Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

**17.** São princípios básicos da boa prática de governança corporativa e gestão:

- a) transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.
- b) impessoalidade, competência, efetividade.
- c) transparência, equidade, eficiência e responsabilidade corporativa.
- d) transparência, legalidade, prestação de contas e eficiência.
- e) legalidade, legitimidade e transparência.

**18.** Na elaboração de uma matriz GUT, um dos problemas recebeu uma nota 1 no quesito urgência. Considerando as características dessa matriz, a atribuição dessa nota pode ser interpretada como:

- a) o problema já está resolvido.
- b) o problema possui urgência mediana para ser resolvido.
- c) o problema possui alta urgência para ser resolvido.
- d) o problema não pode mais ser resolvido.
- e) o problema possui baixa urgência para ser resolvido.

## GESTÃO ESTRATÉGICA

**19.** A ferramenta da administração que envolve o repensar dos principais processos na empresa, reestruturando radicalmente os mesmos visando alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos, é denominado:

- a) diagrama de Pareto.
- b) downsizing.
- c) balanced scorecard
- d) reengenharia.
- e) ciclo PDCA.



**20.** Assinale a alternativa que exemplifica uma decisão não programada.

- a) Procedimentos licitatórios.
- b) Pesquisa de novas tecnologias.
- c) Rotina administrativa.
- d) Pagamento de fornecedores.
- e) Manual de instruções de procedimentos.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21.** O Presidente da República editou decreto criando cargos públicos, objetivando suprir o déficit de servidores no âmbito da administração direta e indireta federal. Nesse caso,

- a) a criação dos cargos pode ser feita por decreto, desde que devidamente justificável a adoção desse instrumento, mediante despacho justificado do Chefe do Executivo;
- b) a criação de cargos por decreto não possui embasamento na Constituição Federal, sendo permitida a extinção de cargos e funções públicas, mediante decreto autônomo, quando estiverem vagos;
- c) o decreto deverá especificar a quantidade de cargos criados, as atribuições e a remuneração destes, para fins de enquadramento no limite de despesas com pessoal;
- d) o procedimento será lícito, desde que o Presidente demonstre, nas razões do decreto, que existe disponibilidade orçamentária para a criação dos cargos, independentemente de previsão legal;
- e) o decreto somente poderia versar sobre a criação ou extinção de órgãos públicos, mas não de cargos.

**22.** No que se refere às formas de provimento dos cargos públicos regidos pela Lei nº 8.112/90, podemos afirmar o seguinte:

- I – a reversão é hipótese de retorno do servidor à atividade somente nos casos em que perito oficial declarar insubsistente os motivos da sua aposentadoria por invalidez;
- II – quando ocorre a reintegração, o eventual ocupante do cargo será reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, não cabendo, nesse caso, a disponibilidade;
- III – a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos. Caso não exista cargo vago nessas condições, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Está correto somente o que se afirma nos itens:

- a) I;
- b) I e II;
- c) I e III;
- d) III;
- e) I, II e III.

**23.** Em procedimento administrativo, a Administração constatou que Pedro causou dano ao erário, mediante conduta dolosa tipificada na legislação como ato de improbidade administrativa. Os autos do procedimento foram encaminhados ao setor jurídico, com o objetivo de finalizar a instrução do processo antes de enviá-lo à procuradoria ou ao Ministério Público para interposição da ação correspondente. Nesse caso, em relação ao dano ao erário, considerando os recentes entendimentos do STF sobre o tema:

- a) é imprescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito meramente civil;
- b) a ação de improbidade é prescritível; já as ações de ressarcimento são imprescritíveis, em qualquer caso;
- c) são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, mas a ação de improbidade estará sujeita a prazo prescricional, definido conforme o tipo de vínculo jurídico do servidor com o Estado.
- d) são prescritíveis em cinco anos as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso ou culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa;
- e) as ações judiciais para apuração da prática de atos de improbidade são imprescritíveis, assim como as respectivas ações de ressarcimento, independentemente de as condutas terem sido praticadas com dolo ou culpa.

**24.** A prática dos atos pela Administração está sujeita a controle, que pode ser exercido pela própria Administração ou por órgãos externos, como é o caso do controle exercido pelo Poder Judiciário. Especificamente em relação a esse tipo de controle, podemos afirmar que

- a) fica restrito à análise da legalidade, razão pela qual não incide sobre atos discricionários;
- b) pode analisar a legalidade dos atos administrativos vinculados ou discricionários;
- c) analisa a legalidade dos atos administrativos como um todo; contudo, não está apto a analisar a violação aos demais princípios constitucionais, em virtude de ausência de juridicidade própria;
- d) não está apto a analisar os atos políticos, em nenhuma situação;
- e) o Poder Judiciário tem competência para realizar o juízo de mérito dos atos administrativos, desde que dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade.

25. O Município de São Paulo pretende contratar um show especial para comemoração de um feriado municipal importante. Entre as opções pensadas pelo Prefeito, uma das atrações possui empresário exclusivo. Nesse caso,
- a) desde que consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública, a banda poderá ser contratada por inexigibilidade de licitação;
  - b) a licitação será dispensável, e somente poderá ocorrer em relação à atração representada por empresário exclusivo;
  - c) a lei autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, independentemente de o artista ser consagrado ou não em âmbito nacional;
  - d) a banda deverá comprovar sua notória especialização no seu ramo musical, além de ser indispensável a sua representação por empresário exclusivo, para que a inexigibilidade seja autorizada;
  - e) a licitação será inexigível ou dispensável, a critério do administrador, desde que atendido o interesse público.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

26. No que diz respeito ao que determina a Constituição Federal e a jurisprudência pátria sobre as imunidades dos parlamentares federais, é incorreto afirmar que:
- a) Em que pese o fato de a imunidade dos parlamentares não ser absoluta, a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos implica na ampla descaracterização do tipo penal, tratando-se de irresponsabilidade geral e que atinge não só a esfera cível e penal, como também a política e administrativa.
  - b) As imunidades parlamentares são prerrogativas de caráter institucional, tendo como real destinatário o Poder Legislativo, e não a figura do parlamentar, em si. Por esse motivo, entende-se que tais imunidades, inseridas no contexto da independência desse Poder como um todo, salvo exceções constitucionalmente estabelecidas, estendem-se aos suplentes dos senadores.
  - c) Em caso de flagrante de crime inafiançável, a manutenção da prisão do parlamentar dependerá da aprovação da Casa Legislativa respectiva.
  - d) A inviolabilidade dos congressistas é ampla, alcançando qualquer manifestação que guarde ligação com a atividade parlamentar, ainda que fora do estrito exercício do mandato, abrangendo inclusive entrevistas jornalísticas e pronunciamentos fora das Casas Legislativas.
  - e) A única hipótese autorizadora de prisão cautelar dos congressistas corresponde à situação de flagrância em crime inafiançável.

27. No que concerne ao remédio constitucional habeas corpus, assinale a alternativa que se encontra em consonância com o que estabelece a Constituição Federal e com o entendimento jurisprudencial sobre o tema:

- a) O *habeas corpus* poderá ser impetrado, como instrumento preventivo, em caso de ameaça de violação à liberdade de locomoção, em processo de impeachment contra o Presidente da República.
- b) A legitimidade universal do *habeas corpus* permite que qualquer pessoa possa figurar como impetrante, em favor de terceiro, pessoa física ou jurídica.
- c) O *habeas corpus* poderá ser concedido de ofício, em exceção ao princípio da inércia jurisdicional.
- d) Embora o magistrado não possa conceder o *habeas corpus* de ofício, ele poderá atuar como impetrante, na qualidade de pessoa comum e fora do exercício da atividade jurisdicional.
- e) Ressalvada a competência da Justiça eleitoral, caberá originariamente ao STF julgar o habeas corpus quando o coator for Ministro de Estado. Já quando o Ministro de Estado figurar como paciente na referida ação, o julgamento caberá ao STJ.

28. Sobre o Poder Judiciário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A inamovibilidade é garantia funcional dos juízes, adquirida após 2 anos de efetivo exercício.
- b) O procedimento previsto no art. 94 da CF, relativo à regra do "Quinto Constitucional", orienta a composição do STJ e dos TRTs, na forma e quantidade de Ministros provenientes da advocacia e do Ministério Público.
- c) O Supremo Tribunal Federal tem competência para processar e julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- d) A EC 45/04 previu a instalação da justiça itinerante para os Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais, além dos Tribunais de Justiça Estaduais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça.
- e) A Justiça do Trabalho e a Eleitoral não possuem competência para julgar ações penais.



**29.** Assinale a alternativa correta, de acordo com o que determina a Constituição Federal acerca da repartição de competências na Federação Brasileira:

- a) Em caso de inércia legislativa por parte da União em editar normas gerais em matéria tributária, os Estados poderão exercer a competência legislativa plena. A superveniência de lei federal de normas gerais implica na revogação da lei estadual.
- b) Aos municípios é vedada a edição de normas que versem sobre as matérias relacionadas à competência legislativa concorrente, a qual foi atribuída exclusivamente à União, aos Estados e ao DF.
- c) É inconstitucional lei estadual que impõe a obrigatoriedade de prestação de serviço de segurança em estacionamento.
- d) A União tem competência privativa para legislar sobre seguridade social e proteção e defesa da saúde.
- e) Como regra geral, os Estados somente poderão legislar sobre matérias de competência privativa da União em questões que digam respeito, exclusivamente, ao seu interesse específico.

**30.** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta sobre as Funções Essenciais à Justiça:

- a) O Procurador-Geral da República é membro nato do Conselho Nacional do Ministério Público.
- b) A recondução do Procurador-Geral da República à chefia do Ministério Público da União dispensa nova sabatina pelo Senado Federal.
- c) A escolha do Procurador-Geral da República pelo Presidente da República submete-se à aprovação pelo Senado Federal. Já sua destituição do cargo independe da referida autorização.
- d) A nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça compete ao Chefe do Poder Executivo Estadual, para mandato de 2 anos, sendo permitidas sucessivas reconduções.
- e) O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios será nomeado pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

### DIREITO CIVIL

**31.** A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

- a) por despacho do juiz, desde que incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário, exclusivamente.
- c) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- d) por qualquer ato extrajudicial, desde que constitua em mora o devedor.

e) pendendo condição suspensiva.

**32.** A aquisição de propriedade de um peixe pescado por uma criança de 10 anos corresponde a um:

- a) Negócio jurídico bilateral.
- b) Ato-fato jurídico.
- c) Ato jurídico em sentido amplo.
- d) Ato jurídico não negocial.
- e) Fato jurídico em sentido estrito.

**33.** Jaspion Brasileiro Dantas Garcia é credor de Manuel Sola De Sá Pato, Maycom Géquiçom, Padre Filho Do Espírito Santo Amém e Sextavado Obtusângulo Reto pela quantia de R\$400 mil. Os devedores assumiram a obrigação solidariamente. A respeito do caso, é correto afirmar que:

- a) Padre Filho Do Espírito Santo Amém pode ser demandado pela quantia integral, sem que os demais devedores paguem ao credor qualquer valor.
- b) Morrendo Manuel Sola De Sá Pato, seus filhos, Joaquim Sola De Sá Pato e Manuel Sola De Sá Pato Filho, podem ser demandados pelo valor integral da cota de seu pai.
- c) Pagando Sextavado Obtusângulo Reto o valor de R\$350 mil, Manuel Sola De Sá Pato deve pagar apenas R\$100 mil, que corresponde à sua cota-parte.
- d) Se Padre Filho Do Espírito Santo Amém negociar com Jaspion Brasileiro Dantas Garcia, pode a dívida ser postergada, pagando todos os cocredores o valor de R\$400 mil.
- e) Se a obrigação consistisse no dever de Manuel Sola De Sá Pato entregar um veículo a Jaspion Brasileiro Dantas Garcia, Maycom Géquiçom, Padre Filho Do Espírito Santo Amém e Sextavado Obtusângulo Reto arcaíam, além da indenização correspondente ao valor do automóvel, também pelas perdas e danos havidos.

**34.** Quanto à transação, assinale a alternativa correta:

- a) Só quanto a direitos patrimoniais de caráter público se permite a transação.
- b) A transação interpreta-se ampliativamente.
- c) Pela transação transmitem-se direitos e deveres patrimoniais.
- d) A transação concernente a obrigações resultantes de delito extingue a ação penal pública.
- e) A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem.

**35.** A respeito dos direitos de personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis.
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e o pseudônimo.
- d) Com exceção dos casos previstos em lei, o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária.
- e) Com autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**36.** É hipótese de extinção do processo com julgamento do mérito, quando

- a) For acolhido pedido contido na reconvenção.
- b) A parte morrer e a ação for considerada intransmissível.
- c) O autor desistir da ação, depois a citação do réu e este houver concordado.
- d) O autor não promover os atos e diligências que lhe forem incumbidas por mais de 30 dias.
- e) For reconhecida a carência de ação.

**37.** Em relação à prova, assinale a alternativa correta.

- a) O perito só poderá ser substituído se lhe faltar conhecimento técnico/científico.
- b) Quando a testemunha estiver enferma e não puder comparecer à audiência, mas puder prestar depoimento, será inquirida na sede do juízo.
- c) Quando as peculiaridades da causa reflipam em impossibilidade ou excessiva dificuldade em cumprir o encargo a que se incumbiu a parte, o juiz, em decisão fundamentada, poderá atribuir de modo diverso o ônus da prova, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
- d) Prescinde de comprovação do teor e da vigência o direito municipal ou estadual alegado pela parte.
- e) Não é permitido ao juízo proceder à inquirição de especialista sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico, sob pena de violação aos direitos do consumidor.

**38.** Acerca da ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa correta.

- a) Não pode ter por objeto a consignação de coisa (obrigação de entregar coisa).
- b) O autor deverá requerer, na petição inicial, o depósito da quantia devida a ser efetivado no prazo de 5 dias

contados do deferimento, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

- c) Deve ser ajuizada no domicílio do credor.
- d) O réu poderá, na contestação, alegar que o depósito não é integral, sem necessidade de indicação do montante que entenda devido.
- e) É um procedimento comum previsto no CPC, no qual o devedor propõe ação contra o credor que se recusa a receber o valor da dívida ou exige valor superior ao que se entenda devido.

**39.** É passível de penhora:

- a) O seguro de vida.
- b) Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.
- c) As quantias depositadas em caderneta de poupança quando destinadas ao pagamento de prestação alimentícia.
- d) Os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei.
- e) Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas.

**40.** O prazo processual do Ministério Público é contado

- a) De forma singular quando houver expressa disposição normativa.
- b) Em quádruplo para apresentar a contestação, a partir de sua citação pessoal.
- c) De forma singular, a partir de sua intimação pessoal.
- d) Em dobro apenas quando houver expressa disposição normativa.
- e) Em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

### **DIREITO PENAL**

**41.** O Código Penal estabelece que "o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido."

Assim, no que tange ao nexos de causalidade, é correto afirmar que o Código Penal adotou, como regra, a teoria:

- a) da equivalência dos antecedentes causais
- b) da causalidade adequada
- c) da imputação objetiva
- d) do domínio do fato
- e) da cooperação dolosamente distinta

**42.** José, aprovado no vestibular para uma Universidade Federal, compareceu à festa dos calouros. Lá, José foi submetido a um trote violento, tendo sido obrigado a ingerir bebida alcoólica em grande quantidade. José, que nunca antes havia bebido, saiu do local completamente embriagado. Ao sair, sem capacidade para entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com este entendimento, subtraiu o celular de uma colega de faculdade.

Neste caso:

- a) José deverá responder pelo crime de furto praticado
- b) José não responderá pelo crime, em razão da ausência de ilicitude em sua conduta
- c) José responderá pelo crime, mas terá em seu favor uma redução de pena de um a dois terços.
- d) José não responderá pelo crime, em razão do erro de proibição
- e) José não responderá pelo crime, em razão de inimputabilidade penal

**43.** São elementos da legítima defesa:

- I – Situação de agressão injusta atual ou pretérita
- II – Reação moderada e proporcional
- III – Situação de agressão injusta, atual ou iminente, contra direito próprio ou alheio
- IV – Conhecimento da situação justificante

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) II e III

**44.** José, então com 19 anos de idade, praticou, no dia 12.01.2012, um crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). A denúncia foi recebida pelo Juízo em 15.01.2014. Após a regular instrução processual, foi proferida sentença condenatória, condenando José à pena mínima de 01 ano de reclusão e 20 dias-multa. A sentença foi publicada no dia 18.11.2017, não tendo havido recurso por parte do MP.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em concreto, entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia.
- b) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em concreto, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória recorrível.
- c) Ocorreu a prescrição da pretensão executória
- d) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva com base na pena em abstrato
- e) Não ocorreu prescrição.

**45.** Ricardo, funcionário público, tomou conhecimento de que Maria, sua subordinada na repartição, havia praticado falta funcional no exercício do cargo. A infração praticada por Maria é punida com demissão, e Ricardo não tem atribuição para aplicar a referida penalidade. Ricardo, por indulgência, acaba perdendo o ato de Maria e não adota qualquer providência em relação ao fato praticado.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Ricardo praticou o crime de prevaricação
- b) Ricardo praticou o crime de corrupção passiva privilegiada
- c) Ricardo praticou o crime de condescendência criminosa
- d) Ricardo praticou o crime de prevaricação imprópria
- e) Ricardo não praticou crime, eis que não tinha atribuição legal para aplicar a penalidade.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**46.** Foi instaurado inquérito policial para investigar a suposta prática de crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo praticado contra uma agência da Caixa Econômica federal, empresa pública federal, em tese praticado por Eduardo. No curso do inquérito, foi decretada a prisão preventiva de Eduardo, que permanece preso até o momento.

Neste caso:

- a) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias, a contar da prisão, mas a autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos do inquérito.
- b) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 15 dias, a contar da prisão, mas a autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos do inquérito.
- c) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias, a contar da prisão, cabendo à autoridade policial mandar arquivar os autos do inquérito, em caso de atipicidade da conduta.
- d) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias, a contar da instauração do inquérito policial, mas a autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos do inquérito.
- e) o inquérito policial deverá terminar no prazo de 15 dias, a contar da instauração do inquérito, mas a autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos do inquérito.



**47.** Paulo sequestrou Maria, com vistas à obtenção de pagamento como preço pelo resgate. Maria foi capturada na cidade de Petrópolis-RJ, quando saía de seu local de trabalho. De lá foi levada para um cativo na cidade de Niterói-RJ, onde permaneceu por quatro semanas, tendo sido iniciado o contato com a família desta, exigindo Paulo a quantia de R\$ 200.000,00 para libertar Maria. Posteriormente, com receio de ser descoberto o cativo, Paulo leva Maria para a cidade de São José dos Campos-SP, onde Maria permanece em cativo por mais 03 semanas, quando o cativo é estourado e Maria é liberada, sendo Paulo preso em flagrante.

Neste caso, a competência territorial será:

- a) de uma das varas criminais de Petrópolis-RJ, local da captura.
- b) de uma das varas criminais de Niterói-RJ, local em que foi realizada a exigência de vantagem indevida.
- c) de uma das varas criminais de São José dos Campos-SP, local em que foi realizada a prisão em flagrante.
- d) de uma das varas criminais das comarcas de Petrópolis-RJ, Niterói-RJ ou São José dos Campos-SP, firmando-se pela prevenção.
- e) de uma das varas criminais das comarcas de Petrópolis-RJ, Niterói-RJ ou São José dos Campos-SP, a critério do Ministério Público.

**48.** Em determinado processo criminal que tramita na cidade de Volta Redonda-RJ, José e Pedro são réus, acusados da prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes. O Oficial de Justiça certifica que José se encontra em local incerto e não sabido, pois não fora localizado no endereço que consta na inicial acusatória, embora José esteja atualmente preso na cidade do Rio de Janeiro-RJ; O Oficial de Justiça certifica, ainda, que o réu Pedro atualmente está morando na França, mas não se tem o seu endereço exato.

Neste caso, a citação de José e Pedro deverá se dar, respectivamente:

- a) Por edital e por carta rogatória
- b) Por edital e por carta precatória
- c) Pessoalmente e por carta rogatória
- d) Pessoalmente e por edital
- e) Por edital, em ambos os casos.

**49. I** – João praticou dois crimes de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), em continuidade delitiva.

II – Pedro praticou um crime de estelionato, cuja pena é de reclusão de 01 a 05 anos e multa.

III – Marcelo praticou um crime de usurpação de função pública, cuja pena é de detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Neste caso, presentes os demais requisitos, será cabível o benefício da suspensão condicional do processo a:

- a) João e Marcelo, apenas.
- b) Marcelo, apenas.
- c) Pedro e Marcelo, apenas.
- d) Pedro, apenas.
- e) João, Pedro e Marcelo.

**50.** Ricardo, réu em determinado processo pelo crime de peculato, foi condenado a uma pena de 03 anos de reclusão e 100 dias-multa, tendo sido fixado o regime inicial aberto. Ao comparecer à Vara para acompanhar o processo, Ricardo toma conhecimento da sentença, no dia 07.06.2019, uma sexta-feira. Na mesma oportunidade, Ricardo, sem estar acompanhado de seu advogado, renuncia ao direito de recorrer. O defensor de Ricardo, todavia, é intimado da sentença no dia 17.06.2019, segunda-feira, e interpõe recurso de apelação no dia 24.06.2019, visando à reforma da sentença, apenas no que tange ao regime inicial de cumprimento da pena.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) A renúncia de Ricardo impede o conhecimento da apelação interposta por seu defensor, embora esta tenha sido interposta dentro do prazo.
- b) A renúncia de Ricardo não impediria o conhecimento da apelação interposta por seu defensor, mas esta é intempestiva.
- c) A renúncia de Ricardo não impede o conhecimento da apelação interposta por seu defensor, e esta é tempestiva.
- d) Como a defesa pretende impugnar apenas parte do julgado, poderia ter sido manejado o recurso em sentido estrito.
- e) O prazo para a interposição das razões de apelação é de 08 dias, sem possibilidade de apresentação das razões diretamente perante o órgão recursal.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**51.** Em conformidade com as disposições contidas no Código Tributário Nacional, e considerando a jurisprudência pacífica do STF acerca das taxas, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- I) O fato gerador das taxas caracteriza-se pela manifestação de riqueza por parte do contribuinte.
- II) As taxas de polícia têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia. Nesse contexto, já decidiu o STF que é constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.
- III) A taxa, se cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola as disposições constitucionais acerca dessa espécie tributária.
- a) V, F, V  
b) F, F, F  
c) V, V, F  
d) F, V, V  
e) F, V, F

**52.** Com relação às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Somente o Código Tributário Nacional pode dispor sobre as garantias relativas ao crédito tributário.
- b) A natureza da garantia atribuída ao crédito tributário altera a sua natureza, mas não a da obrigação tributária a que corresponda.
- c) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- d) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, mas não às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- e) Não obstante dispor o crédito tributário de várias garantias e privilégios conferidos pelo Código Tributário Nacional, a cobrança judicial do crédito tributário se sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

**53.** Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que indica quantas delas estão corretas.

De acordo com o Código Tributário Nacional, não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I – representações fiscais para fins penais;  
II - parcelamento;  
III – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;  
IV – moratória.

- a) Nenhum item está correto.  
b) Um item está correto.  
c) Dois itens estão corretos.  
d) Três itens estão corretos.  
e) Quatro itens estão corretos.

**54.** No tocante à competência tributária e à capacidade tributária ativa, considerando o que prevê a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, aponte a alternativa correta:

- a) Não é possível haver inovação do sujeito ativo da obrigação tributária, já que a competência tributária é definida na Constituição Federal.
- b) Territórios federais são competentes para instituir tributos municipais.
- c) O sujeito ativo indireto é aquele que, não possuindo a competência tributária para instituir o tributo, dispõe de capacidade tributária ativa.
- d) Sujeito passivo direto é a pessoa que deve pagar o tributo ou penalidade pecuniária, e sujeito passivo indireto é aquela que deve cumprir com as obrigações de fazer ou deixar de fazer algo.
- e) A capacidade tributária ativa é indelegável.

**55.** Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- ( ) O princípio da legalidade é regra geral em relação à instituição ou majoração/redução de tributos, exceto apenas no que diz respeito à atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- ( ) Veda-se aos entes federativos instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitida distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- ( ) Decreto do Presidente da República editado em 20/05/2019, majorando as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, pode produzir efeitos sobre fatos geradores ocorridos dentro do exercício de 2019.

Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- a) V, F, F  
b) F, F, F  
c) V, V, F  
d) F, V, V  
e) F, F, V

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**56.** A respeito da Seguridade Social brasileira, encontre a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição Federal assegura, quanto aos benefícios da Seguridade Social, a manutenção do valor nominal. Entretanto, quanto aos benefícios previdenciários, é assegurada a proteção contra a inflação, por meio da garantia de reajustamento, em caráter permanente, para preservar-lhes o valor real.
- b) Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não deverão prever em seus próprios orçamentos anuais as receitas a serem destinadas para a Seguridade Social.
- c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- d) São imunes de contribuição para a Seguridade Social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei ordinária.
- e) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma independente pelos órgãos responsáveis por causa um dos subsistemas da seguridade social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

**57.** Márcia, segurada do RGPS, decidiu requerer o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e, na data da entrada do requerimento, 01/09/2019, possuía 25 anos de tempo de contribuição na função de magistério no ensino fundamental e possuía 55 anos de idade. Sobre esse benefício, podemos afirmar corretamente:

- a) Márcia poderá optar pela exclusão da incidência do fator previdenciário caso este não lhe seja vantajoso.
- b) Se aposentada por tempo de contribuição, caso Márcia venha a necessitar dos cuidados permanentes de outra pessoa, ela terá direito a um acréscimo de 25% no valor de sua aposentadoria.
- c) Caso Márcia tenha exercido atividade sujeita a regime próprio de previdência concomitantemente com a atividade de professora no Regime Geral de Previdência Social, assegura-se a contagem recíproca de tempo de contribuição, hipótese em que os regimes previdenciários se compensarão financeiramente.
- d) Se, após aposentar-se por tempo de contribuição, Márcia voltar a exercer atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social, ela será obrigatoriamente filiada em relação a essa nova atividade, podendo acumular salário-maternidade com a aposentadoria caso venha a preencher os requisitos.
- e) Caso seja aprovada uma reforma previdenciária em 01/10/19, excluindo-se o direito à redução do tempo de contribuição para os professores de ensino infantil, fundamental e médio e, caso Márcia venha a requer o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição

em 30/10/19, ela se sujeitará às novas regras definidas na reforma.

**58.** Acerca da arrecadação das contribuições previdenciárias, pode-se afirmar com correção:

- a) A empresa é obrigada a preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, exceto contribuintes individuais, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente.
- b) O Microempreendedor Individual que contribua com alíquota reduzida de 5% sobre o salário mínimo, e que deseja que o período contribuído nessa condição seja computado para aposentadoria por tempo de contribuição, deverá recolher a diferença de 15% sobre o valor do salário mínimo em vigor na época da competência a ser complementada.
- c) As empresas que componham grupo econômico de qualquer natureza não estão solidariamente responsáveis pelas obrigações previdenciárias umas das outras.
- d) Quando houver contratação de mão de obra por intermédio de cooperativa de trabalho, haverá solidariedade entre a cooperativa e a empresa tomadora de serviços.
- e) É cabível o parcelamento das contribuições previdenciárias que o empregador tenha arrecadado do empregado a seu serviço e não tenha sido recolhida até o seu vencimento.

**59.** Sobre a origem e evolução da Seguridade Social no Brasil, é correto afirmar:

- a) A Eloy Chaves instituiu as caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários e servidores públicos.
- b) As caixas de aposentadorias e pensões eram organizadas por categoria profissional e tinham natureza privada.
- c) Com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, a organização da Previdência Social passou a se dar em âmbito estadual.
- d) A proteção previdenciária aos trabalhadores rurais se iniciou com o FUNRURAL, na década de 60. Entretanto, a previsão de uniformidade de benefícios entre trabalhadores urbanos e rurais somente surgiu com a Constituição Federal de 1988.
- e) O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) era responsável pela concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, além de ser responsável pela fiscalização, arrecadação e cobrança das contribuições previdenciárias.



- 60.** Acerca do regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assinale a alternativa incorreta.
- a) Para os professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, na educação infantil, no ensino fundamental e médio, e preenchem os demais requisitos, pode ser concedida aposentadoria voluntárias aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição se mulher.
  - b) Para aposentadoria voluntária aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, é necessário que o servidor tenha dez anos no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - c) Deve haver lei complementar regulamentadora para que haja a possibilidade de a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ocorra aos 75 anos de idade.
  - d) Poderá haver incidência de contribuição previdenciária sobre os valores de aposentadoria e pensão concedidos pelos regimes próprios de previdência que ultrapassem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
  - e) Não será permitida a acumulação de aposentadorias sujeitas ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, ainda que os cargos fossem acumuláveis na atividade.

## QUESTÃO DISCURSIVA

João, médico em dois hospitais públicos federais, exerce jornada de trabalho semanal que extrapola 60 horas semanais. O setor de pessoal de um dos hospitais, após consultar o entendimento da Advocacia Geral da União e do Tribunal de Contas da União, determinou que João optasse por um dos cargos, haja vista a impossibilidade de acumulação nessa circunstância, mesmo configurado no caso a compatibilidade de horários.

Com base nessa situação, responda às seguintes perguntas:

- a) É lícita a situação laboral de João?
- b) É possível, em existindo acumulação de cargos públicos, recebimento acima do teto constitucional? Esse entendimento aplica-se às aposentarias e pensões?
- c) João, aposentado compulsoriamente, poderia permanecer ocupando o cargo comissionado que já desempenhava em um dos hospitais?
- d) De outra forma, poderia, após a aposentaria compulsória, ser convidado para ocupar cargo exclusivamente em comissão?

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

# FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-21-09>

## *Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE